

27.06.2016

Benefício Farmácia: FUP denuncia ineficácia dos órgãos internos da Petrobrás e omissão dos gestores

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás mais uma vez são vítimas de constrangimento, em função de denúncias de corrupção, dessa vez, envolvendo uma das principais conquistas da categoria: o programa de custeio de medicamentos. Um benefício que está diretamente relacionado à saúde e à qualidade de vida dos petroleiros, principalmente os que sofrem de doenças crônicas, advindas dos riscos diários a que são expostos em seus locais de trabalho.

A categoria e suas representações sindicais, portanto, são os maiores interessados em ver todas as denúncias investigadas com rigor e os responsáveis punidos. Nesta segunda-feira, 27, a FUP protocolou documento cobrando que a Petrobrás constitua imediatamente uma comissão com participação paritária dos trabalhadores, para apurar as irregularidades noticiadas pela imprensa, de modo a garantir que os culpados sejam responsabilizados civil e criminalmente. Acesse aqui: <http://goo.gl/Z3TZxy>

Desde o início de 2015, a FUP vinha denunciando problemas na gestão do Benefício Farmácia, que causaram uma série de transtornos para os trabalhadores, impossibilitados de utilizarem plenamente o programa. Em reuniões com a Petrobrás e a Global Saúde, cobramos várias vezes o aperfeiçoamento do sistema e medidas eficazes de controle para garantir o atendimento correto aos beneficiários.

Nada, no entanto, foi feito. A Petrobrás encerrou em setembro passado o contrato com a empresa, deixando os trabalhadores sem acesso ao benefício, apesar dos descontos mensais que continuaram sendo feitos em seus contra-cheques.

Ao tomar conhecimento da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que suspendeu no dia 14 de abril o contrato que a Petrobrás fez com uma nova operadora do benefício, a FUP imediatamente solicitou ingresso como interessado no processo para ter acesso aos autos e poder se manifestar. Estranhamente, até o momento, o TCU não atendeu o pedido. Por isso, nesta segunda-feira, 27, a FUP solicitou diretamente à Global Saúde os documentos referentes ao seu contrato de gestora do Benefício Farmácia e às irregularidades que estão sendo investigadas.

Os trabalhadores não podem continuar reféns da ineficácia dos órgãos internos da Petrobrás e da omissão dos gestores, que deveriam ser responsáveis pelo controle e fiscalização de um benefício tão importante para a categoria. Os encarregados de zelar pela boa conduta da empresa e pelo combate à corrupção mais uma vez expõem os trabalhadores a difamações e a constrangimentos. Daí a urgência de uma comissão paritária para apurar e punir rigorosamente os desvios na gestão do Benefício Farmácia e permitir que ele volte a ser retomado, conforme garante o Acordo Coletivo de Trabalho.